

# Lendo o Livro de Daniel

Se o presidente José Sarney colocar os superiores interesses da Pátria acima de suas conveniências pessoais, deverá empreender todos os esforços para que se realizem eleições gerais em 1988. Não se trata mais de saber se o presidente tem direito adquirido para governar cinco ou seis anos; nem, tampouco, de discutir se as eleições gerais são ou não um "golpe de Estado" — como querem alguns dos que defendem a permanência do presidente e dos áulicos que o cercam no Planalto até março de 90. O que está em jogo, hoje, é a imagem do País no Exterior — é a *salut public*, como diria um jacobino em 1793. Trata-se, agora, de cuidar da salvação pública, porque o Brasil começa a perder o conceito honrado entre as nações civilizadas do mundo.

A Novíssima República incumbiu-se de degradar a imagem do Brasil no Exterior. A pátria brasileira já não serve mais para abrigar aqueles que em seu santo regaço buscam descanso das lutas em favor da preservação dos costumes e da moralidade das instituições. Hoje, o Estado brasileiro é alvo da chacota mundial, colocado entre as nações de organização caudilhesca, em que os chefes corrompem os costumes e se locupletam do Erário público sem que nada lhes aconteça. Em ensaio memorável, Euclides da Cunha comparava o Brasil às repúblicas latino-americanas — às quais chamava depreciativamente de "republicolas" — e se recusava, enquanto brasileiro, a admitir que os povos da Europa e dos Estados Unidos nos comparassem a elas. Ser diferente pela estrutura social (que repudiava o caudilhismo) e pela moralidade dos costumes políticos era, para ele, condição precípua para distinguir o Brasil como nação civilizada. Hoje, lendo a matéria de Reali Jr. que publicamos na última sexta-feira, verifica-se que a luta de Euclides e de todos os que fizeram questão de distinguir-se das republiquetas foi em vão. O Brasil é, para os europeus, uma nação corrompida.

Não se trata de valorizar o julgamento dos estrangeiros, como se fôssemos vítimas daquele fenômeno intelectual e moral que Haya de la Torre chamava de *coloniagem mental*. Não consideramos os estrangeiros, pelo fato de serem, melhores do que nós. Conhecemos as mazelas que afligem os povos com os quais mantemos relações comerciais e culturais; sabemos do golpe de Estado que derrubou a IV República Francesa (mas colocou de Gaulle no poder!); da crise da sociedade norte-americana, dos escândalos que de quando em quando, ligados à espionagem, abalam o *establishment* do Reino Unido. Disso tudo temos conhecimen-

to — mas igualmente sabemos que os atos que atingem os valores mais caros das sociedades européias ou norte-americanas são castigados. Quem imaginaria, no Brasil, ver um ministro de Estado cumprindo pena por crime comum e de responsabilidade? Nunca tal aconteceria, pois a engrenagem das cumplicidades o exoneraria do processo. Nos Estados Unidos, apesar de a Presidência ser quase uma Monarquia absoluta, isso aconteceu em consequência do escândalo Watergate. No Reino Unido, ministros demitiram-se por relações amorosas com hetairas a serviço da KGB; na França, ilustres homens públicos suicidam-se por não suportar o peso da condenação da opinião pública sobre sua conduta colocada sob suspeita. No Brasil, tudo se acomoda, tudo se perdoa, porque todos sabem que os *irmãos da opa* tudo protegem — além de haver um Procurador-Geral da República, que proclama a impossibilidade de agir porque os corruptos não deixam recibo de seus atos delituosos!

Pobre República, esta, em que o guardião da lei, o *dominus litis* por excelência, reconhece, como o fez dr. Sepúlveda Pertence em entrevista que publicamos quinta-feira, que não se pode punir os que conspiram contra a moralidade administrativa. Nunca, nem mesmo na mais atrasada das republiquetas vituperadas por Euclides, ouviu-se o Procurador-Geral da República dizer que o Código Penal não pode ser aplicado porque os criminosos são espertos demais! Seria o caso de perguntar, então, que fazer com os artigos 312 a 337 do nosso Código Penal (dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, e dos crimes praticados por particular contra a administração em geral)? Será o caso de revogar o Código Penal, feito numa época em que os funcionários e os particulares eram tão asnáticos a ponto de deixar prova de que cobravam comissão para fazer andar processos, ou de que metiam a mão em dinheiro ou propriedade pública etc. etc.?

Pode ainda causar espanto o fato de se ter, na França, e em outros países, o Brasil na conta de Estado a que não se deve mais respeito? Ou que em certas cidades da Suíça exista, em alguns bancos, a "sala dos brasileiros"? Ou que os argentinos da década dos 80 repitam o comportamento que os *señoritos* dos anos 20 e 30 tinham em Paris ostentando fortunas sem bases sólidas e muitas vezes feitas ao amparo das amizades que se cultivam na corte de Brasília? Alguém se espantaria lendo

as declarações do procurador-geral da República e tendo acompanhado o mar de lama e os rios de cachaça que correram por Brasília, que se comparasse a Capital à Babilônia do rei Bel-sazar, aquele que viu escritas nas paredes de seu palácio as palavras fatais: *Mene, Mene, Tequel, Ufarsim?* Ninguém que esteja a par do que acontece neste país estranhará que se cite o Livro de Daniel. Quando, afinal, na história da República, se teve notícia de cidadãos se constituírem em organizações para combater a corrupção que ameaça as bases da sociedade?

Se tivesse ampla visão dos problemas do País e não limitasse seu universo à ilha de Curupu, o presidente José Sarney compreenderia que é sua maneira de governar que infelicitou a Nação e fez a Pátria ser desmerecida no Exterior. Que credibilidade pode esperar receber alto funcionário deste governo, quando se sabe que a regra de ouro da administração federal é o grupo palaciano "fritar" os ministros que caem em desgraça? Com que autoridade alguém poderá falar em nome de um governo perdido por quem, sibilinamente acusado de responsável por prática de atos que, conforme diz o procurador-geral, não se provam, em vez de demitir e processar o acusador, insta-o a que se demita com honra, deixando tudo como estava e permitindo que a gangrena se espalhe pelo organismo social?

O presidente José Sarney deveria ter a grandeza de compreender que sua permanência no poder até 15 de março de 1990 apenas fará que o descrédito total cubra a nação brasileira. S. exa, com certeza, não deseja passar à história como o presidente que encerrou o ciclo do autoritarismo militar, abrindo o do desconhecido, por haver consentido que a dúvida se instalasse na mente de todos os brasileiros. Pior ainda, não desejará que os chefes de Estado e de Governo que o receberem no Exterior ao apertar-lhe a mão, estejam cumprindo apenas um dever protocolar e não estreitando de fato relações de amizade.

A Nação está sendo julgada lá fora — não por seus méritos e defeitos, que podem ser muitos, mas pelos erros e vícios de uma administração que se aferra ao poder como se fosse a tábua de salvação para alguns poucos. O presidente deverá ter presente a interpretação que Daniel deu às palavras fatais: "*Contou Deus o teu reino, e o acabou. Pesado foste na balança, e foste achado em falta. Dividido está o teu reino, e entregue aos medos e persas*" — e meditar sobre o sentido delas!